

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 1

Aos dezanove dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, pelas dezassete horas, reuniu-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça 5 de outubro, em Cascais, o Conselho Municipal de Educação, presidido, nos termos do número um, alínea a), do artigo 5º, do decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Tomada de posse dos elementos do Conselho Municipal de Educação;
2. Apreciação do Plano de Ação Social Escolar e elaboração do respetivo parecer;
3. Apreciação da proposta de Regimento Interno.

Ponto 1. O Sr. Presidente da Câmara deu início ao ato de instalação do órgão assinando o seu termo de posse e procedendo à chamada dos titulares dos cargos, de acordo com a composição definida na lei e declarou-os empossados nas suas funções de conselheiros, como a seguir se discrimina: Presidente da Assembleia Municipal, António Pires de Lima; Vereador com o Pelouro da Educação, Frederico Pinho de Almeida; Representante das Juntas de Freguesia dos Concelho, Maria Fernanda Gonçalves; Representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Fernando Gonçalves Pais; Representante das instituições do Ensino Superior Público, Raúl das Roucas Filipe; Representante das Instituições de Ensino Superior Privado, António Duarte Amaro; Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público, José António Loureiro; Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público, Elsa Maria Pinto Sousa; Representante dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Privados, Enoque Ferreira; Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, David Valente; Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, José Batalha; Representante das Associações de Estudantes, Fábio Gonçalves; Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Sónia Couto; Representante dos Serviços Públicos de Saúde, Ana Sousa Uva; Representante dos Serviços da Segurança Social, Isabel Almeida; Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional, Manuela Tinoco; Representante dos Serviços Públicos da Juventude e do Desporto, João Bento Vitorino; Representante das Forças de Segurança, Carlos Alberto Correia.

Antes de passar ao ponto dois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal colocou à consideração do Conselho a seguinte proposta de alteração à ordem de trabalhos, esclarecendo que a mesma se justifica por estar em fase de ultimação, pelos serviços, o Plano de Ação Social para o próximo ano letivo:

1. Tomada de posse dos elementos do Conselho Municipal de Educação;
2. Apresentação da proposta de regimento interno;
3. Conhecimento do plano de transportes escolares para o ano letivo 2013-14;
4. Apresentação da Rede Educativa e Formativa do Concelho.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Ponto 2. O Sr. Presidente passou a palavra ao conselheiro João Bento Vitorino tendo este informado que se tratava de um documento com uma estrutura comum à maioria dos regimentos dos Conselhos Municipais de Educação e colocado à consideração dos conselheiros a sua aprovação na atual ou na próxima sessão do Conselho Municipal.

O Sr. Presidente interveio situando o grau de importância que a Câmara Municipal de Cascais atribui ao Conselho Municipal de Educação e considerou que o documento apresentado constitui matéria que estará permanentemente em aberto existindo total abertura para proceder às correções necessárias e que a dinâmica e experiência venham a determinar. Esclareceu ainda que, a exemplo do que já aconteceu com outros Conselhos Municipais, nomeadamente os de Proteção Civil, de Segurança e de Ação Social, com resultados muito positivos já conhecidos, a Câmara Municipal, se encontra empenhada na sua reativação. Isto porque, para além de estarmos hoje, todos, muito cientes de que se estivermos a funcionar em rede é sempre melhor do que trabalhar isolado, também a diversidade e complexidade dos atuais problemas convocam a um cada vez maior envolvimento da comunidade na sua resolução em conjunto. Por outro lado, trata-se, também, de estar atento e aproveitar as novas oportunidades que se nos apresentam. Sendo certo que, o não aproveitar uma oportunidade, hoje em dia, é das maiores injustiças que se podem fazer à área ou setor a que essas oportunidades se dirigem. Por isso mesmo, o Conselho Municipal de Educação é um órgão que assume, na atualidade, toda a importância, até pela transversalidade de que as matérias da educação se revestem. É com essa base, referiu, que pretendemos ter aqui reuniões periódicas que nos permitam, em conjunto, resolver os problemas e aproveitar as oportunidades que vão surgindo. Em Cascais, apesar da pressão dos tempos para deixar na gaveta tudo o que seja inovação, porque ninguém quer arriscar, entre a falsa segurança da estagnação e o risco da inovação, sempre se preferiu a segunda hipótese, pelo que, o que temos a fazer é mitigar os riscos da inovação trabalhando mais juntos e promovendo mais contributos por forma a obtermos melhores resultados.

Passou-se à votação do regimento interno tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 3. O Presidente passou a palavra ao conselheiro João Bento Vitorino que, relativamente ao plano de transportes escolares, esclareceu que, embora o documento já tivesse tido aprovação em Reunião de Câmara de 23 de dezembro de 2013, altura em que o Conselho Municipal de Educação não estava ainda constituído, se considerou importante que o Conselho dele tomasse conhecimento logo na sua primeira reunião. Esclareceu ainda que, o documento a apresentar futuramente ao Conselho Municipal de Educação consistirá num plano mais vasto, o Plano de Ação Social Escolar e será apresentado na primeira reunião do ano letivo 2014/15.

Tomou a palavra o Sr. Presidente para acrescentar que a apresentação do Plano de Transportes Escolares ao Conselho Municipal de Educação significa também o cumprimento de um compromisso que foi assumido aquando da discussão do documento em sede de Assembleia Municipal e que se trata de matéria sobre a qual já foram dadas indicações quer ao Sr. Vereador Frederico Almeida, quer aos próprios serviços da Câmara para tentar inovar, tratando-se de uma daquelas situações em que devemos assumir riscos dado o seu fortíssimo impacto na própria mobilidade e organização familiares dos munícipes. Nesse sentido foi lançado o desafio aos serviços contando-se que já em setembro tenhamos condições para podermos apresentar as linhas das novas transformações a nível do transporte escolar.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao conselheiro João Bento Vitorino que deu conta do trabalho efetuado pelos serviços da Câmara Municipal de Cascais com vista à implementação de um sistema de transportes escolares dedicado, capaz de garantir uma cobertura com maior qualidade e proximidade das habitações das crianças. Referiu ainda as dificuldades que entretanto se revelaram para encontrar um operador disponível, para além da Scotturb, apesar dos contactos com o operador que trabalha com a Escola Salesiana de Manique que referiu só o fazer por ser uma atividade anterior à concessão da Scotturb para o território.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para acrescentar que existem ainda algumas matérias, com influência direta nesta temática, que têm vindo a ser trabalhadas com êxito, até por iniciativa da própria comunidade, entre elas a gestão das matrículas que passaram a estar centralizadas o que permite uma abordagem de maior proximidade sendo que é logo aí que se começa a resolver o problema do transporte escolar, ou seja, quanto mais próximos os alunos estiverem da escola menos exigências existirão em termos de transporte, sendo que a evolução deste programa nos dá desde já uma boa base de experiência e trabalho.

Informou ainda dos esforços que têm estado a ser feitos pela Câmara Municipal de Cascais para melhorar o sistema de transportes no município, nomeadamente o trabalho conjunto com o governo para o enquadramento legal das futuras concessões para o transporte rodoviário no território do município e a inclusão no âmbito do IEVA, Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, do projeto, que representa um investimento de 160 milhões de euros de fundos comunitários, de modernização da linha do comboio. Estas alterações terão um impacto muito positivo, não só a nível do transporte escolar mas no próprio desenvolvimento geral do Concelho. Em qualquer caso, a Câmara Municipal de Cascais estudará a possibilidade, a apresentar no próximo Conselho Municipal, de criar condições para, quer com os Agrupamentos, quer com as próprias Juntas de Freguesia, quer por um mecanismo que se vier a verificar como mais eficaz e menos oneroso, pegando nos exemplos que já existem no Concelho, disponibilizar um sistema de transporte escolar dedicado.

Pediu a palavra o conselheiro José Batalha que perguntou se existiriam elementos que permitissem calcular as necessidades de transporte e respetivos custos para os alunos do Concelho.

O Sr. Presidente referiu que esses elementos seriam distribuídos a todos os membros do Conselho salientando que numa fase inicial o programa não necessitará de ser estendido a todo o universo dos alunos. Podemos ir por aproximação e erro, correção e posterior alargamento a todo o território, ou seja, podemos ir numa primeira abordagem ao agrupamento ou a alguma área geográfica do Concelho.

Ponto 4. O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que a apresentação da Rede Educativa e Formativa do Concelho seria feita pelo Dr. Pedro Lara ficando a informação disponível para todos os membros do Conselho que, no futuro, a queiram consultar.

Antes de se iniciar a apresentação, o Sr. Presidente da Câmara ausentou-se delegando no Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida a direção dos trabalhos subsequentes.

Terminada a exposição da Rede Educativa e Formativa do Concelho, pediu a palavra o conselheiro Raúl Filipe para apresentar uma proposta de alteração ao nº 1 do art.º 3º do regimento do Conselho Municipal de Educação que, em conformidade com a lei, e de acordo com o constante na folha de presenças, deverá prever, na sua composição, um representante das instituições do Ensino Superior Público, um representante das instituições do Ensino Superior Privado e um representante dos Serviços Públicos de Juventude e Desporto.

Ainda o conselheiro Raúl Filipe, elogiou a apresentação efetuada pelo Dr. Pedro Lara e manifestou a total disponibilidade da Escola Superior de Hotelaria e Turismo para colaborar com o Conselho Municipal de Educação e a Câmara Municipal de Cascais no fornecimento de informação que se considere importante para a caracterização local do Ensino Superior, salientando que a escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril é, no atual contexto de diminuição do número de alunos inscritos no Ensino Superior, uma das poucas escolas superiores do país que mantém uma procura muito superior à oferta em todos os cursos.

O Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida submeteu a proposta à aprovação do Conselho Municipal de Educação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Pedi a palavra o conselheiro José Batalha que aproveitou a oportunidade para colocar à consideração do Conselho Municipal o alargamento dos seus membros com a inclusão de um representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Concelho de Cascais.

Por sugestão do conselheiro João Bento Vitorino o Conselho Municipal enquadrou esta proposta no art.º 3º, nº 5 do regimento e aprovou por unanimidade o envio de um convite à CPCJ para integrar o Conselho Municipal de Cascais na qualidade de convidado permanente.

O Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida informou que a Câmara Municipal de Cascais pretende promover uma articulação cada vez maior com o Ensino Superior e também, na sequência de procedimentos que têm vindo a ser aceleradamente concertados, com o ensino privado. Referiu ainda que já existem na apresentação do Dr. Pedro Lara alguns dados que se pretende vir a alargar e aprofundar na perspetiva do que mais interessa aos munícipes que frequentam o ensino seja ele público ou privado.

Pedi a palavra o conselheiro David Valente que referiu que, tendo em conta os dados estatísticos que a FAP possui, o Concelho de Cascais até corre um bocadinho à margem do resto do país, ou seja, apesar de ter baixado, relativamente ao número de alunos, quer no ensino público quer no ensino privado, comparativamente com o resto do país é uma diferença abissal, não só ao nível da grande Lisboa mas a nível nacional. Continuou a sua intervenção declarando que a taxa de natalidade era um dado estatístico fundamental para se perceber o que é que vem a seguir.

Tomou a palavra o Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida para informar que, tendo, no âmbito do CLAS, estado a analisar esses dados se verificou que a taxa de natalidade, no Concelho de Cascais, tem vindo a diminuir ainda que de forma menos acentuada que a média nacional.

O conselheiro David Valente reforçou que considera pertinente a consideração desses dados para a análise da Rede Escolar e o conselheiro José Batalha reforçou ainda a importância de se considerar a variação da população por Freguesias.

O conselheiro David Valente continuou a sua intervenção alertando para a discussão que existe relativamente à eficácia dos Conselhos Municipais de Educação e manifestou o empenho dos pais em passar aos agentes educativos, quer aos pais, quer aos professores, quer também aos alunos que, no Conselho Municipal, se trabalha e desenvolve alguma coisa de útil, eficaz e prático relativamente aquilo que é a Educação em Cascais. Nesse sentido, considerou ser fundamental debater o início do ano letivo no Conselho Municipal de Educação declarando que as maiores preocupações dos pais são: a preparação do ano letivo; a colocação dos professores e dos assistentes operacionais; a avaliação quantitativa e qualitativa relativamente às entidades que desenvolvem as AEC's; as CAF's; a Central de Matrículas; as refeições escolares, encontrar resposta para as situações de carência de muitas crianças que frequentam o ensino público; o despacho normativo 6/2014 e a autonomia das escolas. Relativamente à ALEF, sublinhou que ainda não houve um envio formal para a FAP do documento que foi enviado ao Ministério da Educação e declarou ter tomado conhecimento, do que se está a passar, por outras Federações de Associações de Pais manifestando que gostaria de ser informado dado que a FAP não participou no processo, não foi convidada nem lhe foi solicitada opinião, sem prejuízo de, a FAP, ter falado amiúde, quer com o diretor do Departamento da Educação, quer com o Vereador da Câmara Municipal de Cascais, quer com o Ministério da Educação. Com exceção do Parque Escolar, declarou ter tido toda a disponibilidade e ajuda dos restantes agentes educativos que contactaram mas, reforçou, que relativamente à ALEF não teve conhecimento formal do que foi apresentado e não sabe qual vai ser a participação, se é que vai haver participação, dos pais na Administração Local de Educação e Formação. A terminar a sua intervenção o conselheiro David Valente manifestou ainda a preocupação dos pais com as crianças com Necessidades Educativas Especiais e as dúvidas relativas à legislação recente.

Tomou a palavra o Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida que considerou relevantes as considerações do conselheiro David Valente e, apesar dos limites da intervenção do Conselho Municipal de Educação que, em sua opinião, deveria ter uma composição mais abrangente, que compreendesse, por exemplo, a participação dos diretores dos Agrupamentos Escolares, manifestou confiança no empenho e na criatividade dos conselheiros para encontrarem as melhores soluções dentro do enquadramento legal existente.

Relativamente ao início do ano letivo informou que nos aspetos que constituem competência da Câmara Municipal de Cascais se estão a desenvolver todos os esforços para que tudo corra bem e ter confiança que, nos aspetos que não dependem da Câmara, as coisas também corram bem, existindo a convicção que as dificuldades que houve no ano anterior, este ano, não se voltarão a repetir. Relativamente às AEC's e às CAF's, referiu que a Câmara Municipal de Cascais tem vindo a realizar reuniões com os agrupamentos e com as entidades parceiras para fazer um ponto de situação das parcerias, existindo abertura para as mudanças que se considerarem necessárias e estando, desde o início, prevista uma reunião com a FAP. A terminar a sua intervenção o Sr. Vereador esclareceu que, relativamente à ALEF, chegou uma proposta recente do Ministério da Educação que está agora a ser analisada, nem foi enviada ainda para os agrupamentos, havendo a intenção de, após a análise, efetuar uma reflexão com os agentes educativos para perceber se o que nos foi enviado corresponde também ao nosso entendimento conjunto do que deve ser a Educação no Concelho de Cascais.

Pediu a palavra a conselheira Fernanda Gonçalves que referiu partilhar das preocupações do conselheiro David Valente relativamente ao início do ano letivo mas considerar que a situação é de difícil resolução dado que os professores só são colocados em setembro, pedindo, muitas vezes, mobilidade, o que torna dramático o início do primeiro período do ano letivo. Nesse sentido sugeriu, a conselheira Fernanda Gonçalves, que se propusesse, ao Ministério da Educação, para fazer a colocação dos professores em julho. A conselheira Fernanda Gonçalves lamentou ser presidente de uma Junta de Freguesia que não tem AEC's, não percebendo porque é que a Junta de Freguesia não foi convidada para ser parceiro uma vez que tem todas as outras competências a nível de escolas do 1º Ciclo. A terminar a sua intervenção a conselheira Fernanda Gonçalves manifestou a sua preocupação por saber que cerca de 30% dos alunos que marcam as suas refeições no refeitório das escolas não vão almoçar, sendo uma situação que tem de acabar, e sugeriu que sáísse uma orientação do Conselho Municipal de Educação por considerar que as escolas não o fazem por receio de represálias.

Pediu a palavra o conselheiro José Batalha para informar que relativamente à questão dos almoços, na Ibn Mucana, foi tomada uma decisão drástica, todas as crianças, com ASE ou sem ASE que não levantam a sua refeição, ficam com o cartão imediatamente bloqueado. Na escola não há dinheiro, as crianças têm um cartão que têm que acionar à entrada da escola e depois à saída da escola, para tudo, na papelaria, para compra de refeições, tudo funciona com o cartão. Criança que marque uma refeição e não a levante no dia seguinte o cartão fica imediatamente bloqueado, já não dá autorização de saída da escola, já tem que ir lá resolver o problema e paga a refeição na totalidade pelo custo real não por 1,46€.

O Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida concordou que a questão é muito pertinente podendo fazer-se uma recomendação, no âmbito do Conselho Municipal de Educação, e propor-se a análise no âmbito da AP10, com os diretores de agrupamento, eventualmente, solicitando à Prof.^a Teresa Lopes que partilhe aquilo que está a acontecer na Ibn Mucana de modo generalizar-se o que pode ser uma boa prática para os outros agrupamentos.

Pediu a palavra a conselheira Isabel Almeida que apreciou a apresentação levada a cabo pelo Dr. Pedro Lara considerando-a muito elucidativa e um bom ponto de partida para a reflexão suscitando-lhe uma pergunta sobre o que acontece às crianças com ASE no período das férias escolares dado que são raros os que recorrem às cantinas sociais. Perguntou ainda sobre as crianças que não frequentam o pré-escolar se existiam mais alguns dados que permitissem conhecer as razões subjacentes.

Respondeu o Dr. Pedro Lara que referiu que quando se trabalham os números, eles geralmente apontam-nos os problemas e não, muitas vezes, as causas. Apesar de tudo, em Cascais, temos uma taxa de pré-escolarização elevada. Dado que se trata de uma oferta de frequência não obrigatória, até pode haver encarregados de educação que achem que a Educação naquelas idades deve ser preferencialmente na família, o que é legítimo. Os dados que possuímos têm como unidade de análise o Concelho o que não nos permite, por exemplo, perceber a variabilidade dentro das Freguesias ou fazer qualquer tipo de associação com populações com características específicas. Neste momento não dispomos de dados que nos permitam caracterizar a população relativa aos 12,5% de crianças que não frequentam o pré-escolar.

Tomou a palavra o Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida colocando à consideração dos conselheiros a elaboração prévia, pelos serviços de Educação da Câmara Municipal, de um documento a solicitar a antecipação, pelo Ministério da Educação, da colocação dos professores e outro a recomendar às direções dos Agrupamentos de Escolas a implementação de medidas de combate ao desperdício de refeições, documentos esses, que seriam discutidos e melhorados ou aprovados na próxima reunião do Conselho Municipal de Educação. De acordo com a intervenção anterior, em resposta à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, esclareceu ainda que é este o primeiro ano em que detém responsabilidades em matéria de Educação existindo por parte da Câmara uma orientação, que se pretende aprofundar com a FAP e com as Juntas de Freguesia, para a estabilidade, mantendo o funcionamento das parcerias em todos os agrupamentos em que os pais, os agrupamentos e os restantes agentes educativos estejam satisfeitos mas, havendo total abertura para analisar as situações de descontentamento que venham a surgir contando, naturalmente, com a disponibilidade da Junta de Freguesia de São Domingos de Rana.

Pediu a palavra a conselheira Fernanda Gonçalves que sugeriu que a recomendação ao Ministério da Educação, tendo em conta razões económicas, considerasse a indicação da colocação dos professores em julho, com efeitos, no que respeita ao início de funções, a partir de setembro.

Tomou a palavra o Sr. Vereador para partilhar com o Conselho Municipal que se encontra em estudo, na sequência do que vem acontecendo, com sucesso, nas creches, o alargamento da experiência das bolsas sociais ao pré-escolar no ano letivo 2015/16. Deste modo, existindo procura, mediante protocolo a estabelecer com as instituições particulares, poderíamos complementar a resposta da rede pública com a da rede privada.

Pediu a palavra o conselheiro Fernando Pais que se apresentou como representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, município do Concelho e professor no Agrupamento de Escolas Ibn Mucana, disponibilizando-se a colaborar para, em conjunto, se encontrarem as melhores soluções dentro daquilo que ele próprio sabe e que pode comunicar. Referiu ainda, apesar de pertencer a uma Direção Geral sem responsabilidades na colocação dos professores, estar convencido que este ano o arranque do ano letivo, no que respeita à colocação de professores, vai correr muito melhor. Relativamente à questão das Necessidades Educativas Especiais, deu conta, na sequência de contacto com a Dr.^a Ana Paula Monteiro, que a situação, não sendo fácil, e tendo, em grande parte, a ver com a questão do alargamento da escolaridade e os alunos que passaram a estar incluídos na escolaridade obrigatória, está perfeitamente sinalizada sabendo-se exatamente quais os alunos e as necessidades, e portanto, sabendo-se o que há a fazer e as disponibilidades para intervir. Relativamente aos assistentes operacionais considerou tratar-se de uma questão realmente complicada porque se trata de uma função que não é bem paga, tem sido desvalorizada, existindo um conjunto de dificuldades relacionadas com a contratação. Revelando não estar tão otimista, neste caso, como relativamente à colocação dos professores, considerou acreditar na possibilidade de, em Cascais, pela capacidade de intervenção do município, se encontrarem soluções expeditas para acorrer às necessidades das escolas no sentido de manter a qualidade da oferta educativa. No que respeita às AEC's observou que, em sua opinião, deveriam ser alvo de uma abordagem global, a nível do país, considerando a sua articulação com o currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico e eliminando algumas situações de sobreposição, embora, neste caso, a opinião do Ministério, que é a que prevalece, poderá ser distinta da sua. Acrescentou que este é um assunto que implica um conjunto de investimentos e, portanto, obriga à tomada de opções estratégicas, assumindo que vale a pena investir na Educação, a exemplo do que aconteceu com a requalificação das escolas.

Pediu a palavra o conselheiro David Valente para esclarecer dois pontos, o primeiro é que o parêntesis, relativamente à Parque Escolar, excluía o Prof. Fernando Pais, querendo apenas reforçar que, para os pais, a Parque Escolar é uma vergonha, solicitando que conste em ata que é uma vergonha, porque não informam, não respondem, não comunicam com os pais, não sabemos sequer o que é que se passa, se existe uma Parque Escolar, pelo menos pela comunicação social. Relativamente aos assistentes operacionais reforçou que é deveras preocupante, porque fala-se muito dos professores mas, sem assistentes operacionais, não se abrem escolas. Alertou ainda para a gravidade de que se reveste o “despejo” de pessoas, por parte dos centros de emprego, nas escolas, que entende estar a servir apenas para cumprir critérios quantitativos esquecendo-se que essas pessoas nem sequer se apresentam como assistentes operacionais, considerando ainda, sobre o mesmo assunto, que o centro de emprego deverá ter inscritos suficientes, com mais de um ano de inscrição, para salvaguardar situações, sem necessidade de esperar três meses pela colocação de assistentes operacionais.

Pediu a palavra o Dr. Fernando Pais para cumprimentar o Dr. Pedro Lara pela sua apresentação que ajuda à caracterização da realidade educativa no Concelho de Cascais e agradecer publicamente, em nome da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, à Câmara Municipal de Cascais a colaboração que deu nos recentes Campeonatos Nacionais do Desporto Escolar, nomeadamente, pela organização das atividades náuticas na Baía de Cascais, lamentando a fraca cobertura do evento efetuada pela comunicação social que, referiu ainda, esquece frequentemente o que se faz, de bem, na área educativa.

O Sr. Vereador retribuiu os agradecimentos referindo que é um orgulho poder acolher parte desta organização no Concelho de Cascais e manifestou a sua total disponibilidade para receber estes eventos.

Encerrando os trabalhos, o Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida informou que a próxima reunião se encontra prevista para o dia 5 de setembro e que, de acordo com o regimento, havendo qualquer assunto que algum dos membros queira ver discutido nessa reunião poderá efetuar a respetiva proposta de agendamento até ao próximo dia 20 de agosto.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi dada por encerrada, tendo sido dela lavrada a presente ata, à qual foram apensos todos os autos de tomada de posse, que vai ser assinada pelos membros presentes e por mim, Manuel Francisco Freire Galego, que secretariei.